

INDEPENDÊNCIA

ou

INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Ilustração de Daniel Ribeiro



Luis Paulo Rosenberg*

Duzentos anos de independência política, uma data a ser celebrada, pois não foram poucas as conquistas até aqui alcançadas.

Criamos uma nação pujante, que manteve uma quase miraculosa integridade territorial, a partir de uma faixa litorânea copiosa. Ocupamos o interior, mantendo fronteiras com quase todos os países sul-americanos, sem confrontos latentes. Mais: caldeamos culturas, preservamos um só idioma em todos os rincões, criamos uma sociedade aberta, onde religiões convivem

com respeito mútuo, imigrantes desenvolveram uma miscigenação abrangente, originando um exemplar sociológico único, uma espécie de super-homem tolerante, que resolve suas diferenças com o jeitinho brasileiro, criando um gingado só nosso e que é observado pelo mundo com muita curiosidade e admiração.

Neste processo de construção de uma nação, aplausos para o Itamaraty, uma instituição com uma filosofia própria e contínua, onde sempre se buscou resolver conflitos pela negociação e não pela força e que respeita religiosamente a

doutrina de não se imiscuir em assuntos internos de outros povos, sempre dispostos a sermos parte da solução de conflitos internacionais e não provocadores deles.

Como resultado, pode-se afirmar que o Brasil é um dos países mais admirados do Planeta, visto como exemplo pelas nações africanas, mantendo relações diplomáticas e comerciais com a Ásia e com o Leste e Ocidente europeus, equilibrando-se com maestria durante a Guerra Fria entre os dois grupos que se digladiavam. Compusemos a força de pacificação da Organização das Nações Unidas (ONU) em inúmeras ocasiões: mesmo no conflito mais complexo do mundo – a crise entre muçulmanos e judeus – a harmonia que aqui prevalece entre as respectivas colônias de imigrantes sugere um papel importante para nós, numa futura composição política para solucionar aquele foco de tensão.

Todos os temas que dividem sociedades no cenário internacional têm no Brasil um laboratório invejável de busca de soluções consensuais, indo do direito ao divórcio à defesa dos direitos das mulheres, na luta contra o racismo, passando pela liberdade de escolha de gênero à defesa ambiental.

Assim, seja pela riqueza e diversidade dos nossos recursos naturais, seja pela cultura tolerante das nossas instituições e pela consciência social de que este país tem um papel conciliador de liderança crescente na ordem internacional, fizemos do Brasil um país único na busca de uma ordem internacional mais fraterna e liberal.

Por outro lado, temos ainda desafios gigantescos a superar. O estigma da escravidão, por exemplo, é um tumor difícil de ser extirpado. Não só pelo diferencial de renda com que os escravos liberados iniciaram sua inserção no mercado de trabalho, mas também pela ignomínia que um prolongado período de escravatura crava na alma dos descendentes das vítimas deste flagelo. Neste contexto, é notório o caso da sociedade americana que, com toda a abundância econômica, não conseguiu ainda superar o sentimento de injustiça vigente na comunidade negra. Veja um exemplo positivo: a homogeneidade social da China é um fator de-

cisivo para que ela venha a superar, economicamente, os Estados Unidos, em poucas décadas. Uma sociedade independente depende de paz interna, de solidariedade, para que todos remem numa só direção, antes de consolidar sua independência econômica.

Outro desafio na nossa caminhada para a independência econômica é a brutal concentração de renda que ostentamos. De fato, nenhuma economia com o grau de desenvolvimento que já alcançamos convive com o abismo feudal entre a renda dos mais abastados e a dos mais necessitados. Alguns culpam esta situação pela falta de consciência social dos governos de Direita. Outros, pelo populismo da Esquerda. Com todo o respeito por ambos os lados, nenhum deles teria competência para gerar tanta iniquidade.

O culpado, na verdade, é o modelo tupiniquim, que permitiu o inédito amancebamento do Brasil com a inflação por cerca de quarenta anos, sem que a moeda local perdesse credibilidade. Vale dizer, sem que o dólar substituísse a moeda local, como aconteceu em quase todas as economias do mundo onde a inflação disparou (na linha de frente destes países, a Argentina, que até hoje peleja para se libertar desta praga). Por que nós conseguimos o milagre da preservação da moeda local, apesar da inflação crescente durante tantos anos? Porque com nossa criatividade, inventamos um sofisticado sistema de ajustes automáticos dos preços básicos – a chamada indexação – que fazia com que o lado real da economia funcionasse, a despeito de taxas mensais de vinte por cento ou mais, ao mês. Nossa inflação sempre subia por degraus, sem disparar a taxas crescentes, que expulsam a moeda local e dolarizam a economia, com perdas dramáticas para todos. Foi este artefato criativo que possibilitou a economia brasileira

Contraste urbano na cidade do Rio de Janeiro. A concentração de renda representa um dos grandes desafios para a independência econômica do Brasil.



funcionar por tantos anos, crescendo, exportando, gerando impostos, a despeito da inflação irrefreável. A contrapartida foi a brutal concentração de renda que engendrou. Exemplifico: por normas legais, o salário era corrigido automaticamente pela inflação do mês anterior, bem como os aluguéis. Já a taxa de câmbio e os juros eram corrigidos diariamente. Ora, se a inflação mensal estivesse em vinte por cento, veja a corrosão salarial que o trabalhador sofria no mês, enquanto os investidores e os exportadores – a classe alta – recebiam reajustes diários. Na medida em que a inflação subia, a brecha de renda

entre ricos e pobres aumentava. Este sistema foi se aperfeiçoando, desde a década de 60 até o Plano Real, constituindo-se na mais perversa das heranças legadas à nossa sociedade.

É cristalina a evidência de que construímos uma nação politicamente independente, com espaço definido no conjunto dos países, com teses e atitudes que granjeiam atenção mundial pelo nosso “jogo de cintura”. Mas afirmar que atingimos a independência econômica é tarefa mais complexa.

Em primeiro lugar, o que é independência econômica? Talvez, sob o prisma de Segurança Nacional, a definição poderia ser “ter a capacidade de autoabastecimento de todos os insumos e produtos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da sociedade”. Evidentemente, para um país com a abundância de recursos naturais de que dispomos, somada ao grau de industrialização que já atingimos e, modernamente, com a excelente safra de talentos disponíveis na área de tecnologia e gestão, bastaria um bom planejamento plurianual de parceria entre os setores privado e público para assegurar o atingimento daquele objetivo. E, depois da invasão da Ucrânia pela Rússia e seus danos sobre a economia europeia, é válido cogitar se alguns setores fundamentais deveriam estar preparados para a eventual necessidade de autossuficiência. Mas, admito que tal estratégia deveria ser definida pelos profissionais da Defesa Nacional e não por economistas, cujo treinamento limita-nos a saber estimar qual o custo para a sociedade, se o tomador de decisão optar por este caminho.

Do ponto de vista exclusivamente econômico, uma sociedade atinge o patamar de excelência econômica quando todos os recursos do país, incluída sua capacidade de exportar e importar, estão sendo otimamente alocados, de acordo com os anseios da população. Repare no conflito entre a definição de autossuficiência e a visão econômica: enquanto na primeira definição, “independência” significa não precisar de outras nações, no enfoque da economia liberal, o objetivo é focar na produção do que somos mais eficientes, eventualmente trocando parte da nossa produção por aquilo que o mundo faz melhor do que nós. Exemplo: em vez de aplicarmos capital e trabalho na produção de soja e roupas, por que não dar menos prioridade a produzir vestuário e preferir dotar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de recursos de pesquisa para desenvolver as espécies mais produtivas de soja ou in-



As atividades desenvolvidas pela Embraer, uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo, possuem importância estratégica para a economia brasileira



vestir mais na exploração do pré-sal? E, em seguida, exportar parte desta produção, gerando os dólares necessários a importar roupa da China, cujo custo é menor do que o aqui produzido e, portanto, mais acessível às classes carentes?

Alguns rechaçam esta tese, alegando que tal atitude nos relegaria a meros produtores e exportadores de produtos primários, de baixo valor agregado, enquanto economias como a chinesa com sua vocação industrial, ou Israel, com sua competência tecnológica, teriam um padrão muito mais moderno de desenvolvimento e sustentação de suas economias.

Este argumento é falso, pelo menos pelas seguintes razões:

- alimentos e minerais têm exigências de rígidas condições ecológicas para sua produção, enquanto a produção industrial pode ocorrer em qualquer espaço: só poucos países privilegiados dispõem de extensas terras férteis, condições climáticas favoráveis e reservas minerais abundantes. Esta é uma boa razão pela qual os preços dos produtos primários estão continuamente em alta, enquanto os produtos eletrônicos, por exemplo, são cada vez melhores e mais baratos;
- a tecnologia embarcada na nossa produção de alimentos e matérias-primas frequentemente é mais significativa do que a de automóveis. Não, há, portanto, razão para falar em defasagem tecnológica por focar na cadeia produtiva de produtos primários; e
- não precisamos abdicar de termos uma produção industrial relevante, pois nosso mercado interno é tão amplo e de poder aquisitivo crescente, que vários setores domésticos são competitivos naturalmente.



Complexo Naval de Itaguaí (RJ), um dos mais modernos centros de construção naval do mundo e onde está sendo desenvolvido o casco do Submarino Convencional de Propulsão Nuclear Brasileiro

Por exemplo, toda a indústria de beneficiamento de produtos primários pode se desenvolver no Brasil em melhores condições do que na maioria dos outros países.

Mas, e se o governo quiser estimular a produção industrial nacional, seria um crime de lesa-pátria? Não necessariamente, haja vista nossa indústria aeronáutica, que concorre no mercado internacional em igualdade de condições com os melhores fabricantes. Mas note como ela chegou até aqui: um visionário genial, o Brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, criou, na década de 50, um centro de ensino e pesquisa nos pântanos de São José dos Campos, donde germinou o Instituto Tecnológico da Aeronáutica e sua filha Embraer. Similarmente, o polo naval de Itaguaí – um dos mais integrados e modernos centros de construção naval do mundo – pode repetir no mar o que conseguimos no ar. E o domínio do ciclo do urânio deve seguir este mesmo modelo, assegurando que o Brasil estará

no jogo nuclear, quando esta opção prosperar. Treinar cérebros para serem tão bons quanto os mais talentosos do mundo, adotar tecnologias mais avançadas do que a adotada pelos velhos operadores internacionais, conscientizar os políticos da importância de dar escala mínima de operação econômica para estes núcleos é a forma trabalhosa, mas perene, de se alcançar competitividade industrial setorial.

Inaceitável foi ter inundado com subsídios as montadoras multinacionais para produzir aqui automóveis e caminhões caros e defasados do estado das artes, incentivando artificialmente o transporte rodoviário e atrofiando a nossa natural vocação ferroviária, com consequências desastrosas para o custo logístico do Brasil. Pior: a malsinada Lei da Informática, que proibia a importação de computadores, gastando bilhões em subsídios para oportunistas com documento de identificação brasileiro, o que retardou nosso ingresso na era digital sem enraizar uma indústria nacional viável, apesar de décadas de exclusividade no atendimento do nosso mercado.

Todos estes argumentos servem para defender que estamos bem avançados na conquista da independência econômica, desde que entendida como sucesso na interdependência com as nações parceiras. O progresso alcançado na liberação da economia com a redução das alíquotas de importação e a receptividade com que tratamos o investimento estrangeiro estão progressivamente abrindo nossa economia à integração global. As privatizações e concessões, que transferem o ônus de prover infraestrutura do setor público para o privado e a cristalização de um pano de fundo institucional, que garante segurança jurídica a quem investe, são conquistas notáveis para acelerar ainda mais nosso crescimento. E esta modernização da economia vem avançando inexoravelmente desde governos militares, passando pelos social-democratas e trabalhistas, e continuando no atual.

De Colônia explorada pela Metrópole, passando pelo Império – quando se concretizou o conceito de nação – até a República e seu surto cafeeiro e industrial, criamos as bases para uma nação em paz com os parceiros e almejando ser protagonista no campeonato mundial, não só no futebol, mas em todas as áreas da experiência humana: sociocultural, tecnológica e empresarial.

E como deverá evoluir este processo de independência econômica com laços crescentes de interdependência?

Um instrumento poderoso, mas ainda subutilizado, é o Mercosul. O exemplo da fartura e equalização de riqueza que a experiência europeia revela é o paradigma a ser perseguido. No nosso caso, a união econômica é extremamente vantajosa para o Brasil, dada a dimensão geopolítica que temos, talvez maior do que a alemã na União Europeia. Conseqüentemente, a expansão regional se fará necessariamente com o Brasil fazendo concessões econômicas para os demais países-membros, em troca de maior dominância política. Trata-se, portanto, de uma alavanca da representatividade internacional do País nos foros internacionais, além de todas as vantagens econômicas que uma aliança regional engendra. Mormente, quando se dimensiona o conglomerado político-econômico que decorrerá do casamento entre Mercosul e União Europeia, já consensada e em fase de aprovação; juntas, as duas regiões constituirão um conjunto econômico de tamanho similar à dos Estados Unidos.

Finalizando, gostaria de chamar a atenção para um embricamento fundamental para a independência econômica: as sinergias entre as áreas governamentais de Defesa e Economia. Tive a oportunidade de trabalhar na equipe do Ministro Delfim Netto, durante o Governo Figueiredo. Naquele tempo, os militares tratavam de Defesa, sem interface com a área econômica, enquanto os titulares de Fazenda e Planejamento geriam a política econômica, com grande autonomia. Ou seja, eram como dois planos paralelos, praticamente sem interseções, que procuravam otimizar, separadamente, suas missões, enquanto governo.

Com a globalização, o cenário mudou fundamentalmente. Claro, desde que o mundo é mundo, o lema “Quer paz? Prepare-se para a guerra.” prevalecerá inexoravelmente. Mas, repare na dinâmica da nossa evolução econômica: passamos séculos só ocupando a faixa litorânea, a colonização da Amazônia nunca perdeu seu aspecto artesanal e a grande conquista recente foi a ocupação econômica do Cerrado, graças às pesquisas agrônomicas bem-sucedidas e o empreendedorismo rural emigrado do Sul. A próxima etapa será a exploração da nossa Plataforma Continental. Já tornamos realidade a inclusão de um patrimônio petrolífero colossal, como é o pré-sal. Virando a esquina, teremos as fazendas de captação eólica *offshore* e, depois, a era do hidrogênio. E só Deus sabe quanta riqueza mineral jaz nas areias submarinas. Ou seja, estamos prestes a dispor de um aparato



A integração entre projetos econômicos e os da Marinha do Brasil é fundamental para fomentar e proteger atividades econômicas desenvolvidas a partir de recursos naturais



empresarial, que demandará um esforço gigantesco da Defesa para garantir que a ganância de estrangeiros não virá piratar tal patrimônio, sob risco de a incorporação da Plataforma à riqueza nacional continuar sendo apenas um sonho irrealizável. Note que esta nova realidade torna obsoleta a ideia de que Economia e Defesa são mundos disjuntos: os projetos da Marinha e os da Economia terão que ser integrados e simultâneos, uma realidade para a qual devemos nos preparar urgentemente.

Mas há mais: considere a Amazônia, objeto da cobiça e das atenções do mundo todo. Atualmente, estamos lidando com a questão da ocupação econômica daquela região de maneira fragmentada, dando espaço a queimadas para uso agropecuário, tráfico de drogas e exploração mineral preponderantemente criminoso. Haja vista que o principal instrumento de fixação do trabalhador à Região ocorre na Zona Franca de Manaus, uma solução com méritos geopolíticos, mas de um custo social insustentável a longo prazo. Precisamos avançar para um modelo de manejo da Floresta e suas riquezas muito bem planejado e adequadamente financiado. Neste contexto, é notório que o mercado financeiro internacional está viabilizando uma fonte de recursos valiosíssima: a venda de



certificados de carbono. Ora, se a Amazônia é o pulmão do mundo, que se recrute a comunidade internacional a preservá-la. Não através da herética tese de sua internacionalização, mas sim forçando os poluidores do Primeiro Mundo a pagarem para que a floresta seja preservada. A missão de patrulhar o cumprimento deste novo modelo amazônico, novamente, deverá ser obtida pela integração das ações econômicas e de defesa.

Em suma, nossa marcha para criar uma nação respeitada, próspera e independente tem sido vitoriosa, ainda que não de forma linear. Ao celebrarmos duzentos anos de independência política, temos que continuar avançando na direção de delegar e vigiar a ação do setor privado, substituindo o governo em tudo que não sejam atividades típicas de um estado moderno: concentrar seus recursos no planejamento estratégico do crescimento com diminuição das disparidades de renda, balizar o investimento privado para infraestrutura, educação e saúde, exercer a atividade de policiamento e distribuir justiça. Mas atenção e recursos especiais devem ser dados à nova exigência de Segurança Nacional, onde além de se prover fundos para a defesa territorial do País, a Defesa deve garantir a empreendedores nas novas áreas de atuação corporativa que seu patrimônio não estará ameaçado de saque por oportunistas de fora e de dentro. ■

* PhD em Economia, foi professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e assessor do Ministro Delfim Neto e do Presidente José Sarney